

Culturas em Diálogo

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

10. Prémios escolares

Foram acompanhados os processos de atribuição dos prémios da Faculdade (Prémios Feijó, Prémio Eng. António de Almeida/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Prémio de Latim Medieval) como a gestão dos fundos a eles ligados, e ainda os prémios de excelência geridos pela Reitoria.

Ocasionalmente, foram atribuídos os prémios do *Concurso de conto e poesia*, de iniciativa dos alunos do Conselho Directivo, e que contou com uma enorme adesão de candidatos, alunos da Faculdade, e ainda com a apresentação de peças de elevada qualidade.

11. Actos eleitorais

Vivamente interessado na gestão democrática da escola e da Universidade, o Conselho Directivo acompanhou a realização de diversos actos eleitorais:

- eleição do Senhor Reitor, em 20.01.2003;
- eleição da Comissão Paritária, em 21.03.2003;
- eleição dos representantes dos estudantes na Assembleia e no Senado da Universidade, em 25.03.2003.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Inovação Alicerçada na Tradição

J. Amado Mendes
*Presidente do Conselho Científico*¹

1. As profundas e rápidas transformações, verificadas nos diversos vectores da realidade — política, sociedade, economia, cultura, tecnologia, empresas, gestão, mundo empresarial e laboral, para dar apenas alguns exemplos —, colocam novos desafios às instituições e organizações de todo o tipo, inclusive à universidade e às respectivas faculdades/unidades orgânicas.

A massificação do ensino, a exigência de novas competências e qualificações para a integração no mercado do trabalho, a crescente necessidade de serviços a prestar à comunidade, a secundarização ou mesmo a extinção de certas actividades profissionais, bem como a emergência de outras, requerem medidas adequadas e a adopção de novas estratégias.

A profunda mudança social a que assistimos pode ser atribuída a factores como: a) a automação e a informatização dos processos produtivos; b) o aumento explosivo da oferta (e, com ela, a procura) de serviços; c) a tecnicização da administração das pessoas, das coisas e dos processos; d) e a elevação do nível educacional das populações, acrescido do acesso muito mais largo à informação¹.

A conhecida fórmula, mencionada pelo mesmo autor, segundo a qual “vivemos hoje na sociedade do conhecimento”, pode conduzir a uma outra: «a missão de hoje da universidade é alimentar e sustentar a sociedade do conhecimento»^{1 2}.

Obviamente que a condução do processo, de modo a satisfazer todas as partes envolvidas e a atingir os seus fins mais nobres — elevação do nível educativo, cultural, científico e tecnológico das comunidades, promoção do desenvolvimento e do bem-estar das pessoas, atenuando ou eliminando as assimetrias e as desigualdades, permitindo a cada um realizar-se, em plenitude, consoante as suas capacidades —, torna-se tarefa árdua e difícil de cumprir.

Por exemplo, enquanto, por um lado, os estabelecimentos de ensino superior tendem para a expansão em recursos humanos, financeiros e materiais, que lhes permitam responder cabalmente aos novos desafios, por outro, a tendência da taxa de natalidade para a baixa³ e as restrições orçamentais apontam em sentido inverso.

¹ João Vasconcelos Costa, *A Universidade no seu labirinto*, Lisboa, Ed. Caminho, 2001, p. 47.

² *Idem*, p. 47.

³ Recordar-se, porém, que os efeitos negativos do decréscimo da taxa de natalidade tendem a atenuar-se, se não mesmo a anular-se — pelo menos durante certo lapso de tempo —, em virtude de outra tendência que a contraria. Refiro-me à taxa, ainda reduzida, da população portuguesa que, no respectivo escalão etário, completa o ensino superior (9%), comparativamente com a média verificada nos países da OCDE (23%). Maria de Lurdes Rodrigues, em artigo recente («O ensino superior e o mercado: entre o fatalismo e a demagogia», *Público/Economia*, de 29.09.2003), chama igualmente a atenção para o dito desfasamento. Assim, é possível e desejável que, à medida que o défice educacional se for atenuando, uma percentagem cada vez mais elevada de jovens deseje frequentar o ensino

2. No que à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) diz respeito, também os desafios são de monta e susceptíveis de pôr à prova a capacidade de inovação e de adaptação (de toda a comunidade) aos novos tempos e às realidades actuais e futuras.

Não é a primeira vez que a FLUC e os seus responsáveis se defrontam com reptos conducentes ao trilhar de novos caminhos. Todavia, a especificidade do contexto actual destaca-se em aspectos como: a celeridade das mudanças verificadas, a exigir, igualmente, rapidez na concepção e na execução de novas medidas; a necessidade premente de atenção ao binómio educação-formação, a fim de preparar não só cidadãos cultos, interventivos e dotados de poder de análise, crítica e de compreensão da realidade social, mas também profissionais competentes, capazes de se realizarem plenamente e de se tornarem úteis à sociedade.

Sobre o assunto, já foi salientado: «a actuação futura das instituições passa por uma maior atenção à assistência e orientação vocacionais, por uma acção social imaginativa e estruturante de solidariedade e agressiva perante o combate a problemas de desigualdade gritante, o que só será possível em dinâmicas de ambiente institucional que coloquem o “aluno” no centro das preocupações da comunidade académica e da comunidade envolvente». E acrescenta-se, sublinhando a premência em: «*vencer as barreiras artificiais entre a educação e a formação*: impõe-se uma visão estratégica do binómio educação-formação e o seu tratamento integrado»⁴.

A FLUC tem já uma longa tradição nesta matéria. Com efeito, desde a sua criação, em 1911, as Faculdades de Letras, como sucessoras do Curso Superior de Letras (inaugurado, em Lisboa, em 1859), além da formação de elites, dotando-as de uma cultura de grau superior e de técnicas susceptíveis de ser Posteriormente utilizadas na investigação, também foram preparando — especialmente em termos de conteúdos — docentes para o (actualmente designado) ensino básico e secundário, assim como para o próprio ensino superior. Para não referir aqueles que, vindo Posteriormente a enveredar por uma carreira política e/ou

superior, para já não falar também da crescente necessidade de aumentar a oferta de acções de formação, ao longo da vida.

⁴ José Veiga Simão, Sérgio Machado dos Santos, António de Almeida e Costa, *Ensino Superior: uma visão para a próxima década*, Lisboa, Gradiva, 2002, p. 53.

diplomática, haviam adquirido, através de uma licenciatura em Humanidades, uma sólida preparação de base.

Décadas mais tarde, a criação de um curso de especialização em Ciências Documentais (com o intuito de preparar técnicos especializados que exercessem funções em arquivos e bibliotecas) e a leccionação de um núcleo de disciplinas de Ciências Pedagógicas (requisito para o ingresso no estágio pedagógico, para quem desejasse dedicar-se à docência) constituíram medidas destinadas a facilitar a melhor inserção e o desempenho nas respectivas actividades profissionais.

Mais recentemente, através da criação do Ramo de Formação Educacional, a remodelação e o alargamento da área das Ciências Documentais e da Informação (inclusive, com a criação de cursos de licenciatura), bem como a oferta de novos cursos no âmbito do Jornalismo (cursos de licenciatura e mestrado), dos Estudos Artísticos (licenciatura) e de especialização em Tradução, em Assuntos Culturais no Âmbito das Autarquias e, recentemente, em Estudos Neerlandeses, a FLUC tem procurado complementar a formação cultural e científica, em diversos domínios das ciências humanas e sociais, com uma preparação para o exercício de determinadas actividades profissionais. Trata-se de uma das vias possíveis para estreitar a relação entre os dois elementos do binómio referido, a educação e a formação.

3. Assim, iniciou-se na FLUC, há cerca de quatro anos, um processo de reflexão e discussão, com vista a encontrarem-se algumas linhas de consenso acerca da identidade, da vocação e da preparação do futuro e respectivas linhas de actuação.

O resultado dessa reflexão, de forma mais sistemática e intensa no período de 2000-2002, durante a presidência do Conselho Científico do Doutor António de Sousa Ribeiro — com a participação de um número considerável de especialistas, não só da FLUC como de outras instituições, que acederam ao convite —, traduziu-se na elaboração de um documento-síntese (*Plano Estratégico*), no qual se definiram algumas das linhas de rumo para a próxima década.

Esse documento de trabalho mereceu a aprovação unânime do plenário do Conselho Científico (em 26 de Setembro de 2002). Como resultado da mencionada reflexão, procedeu-se a uma profunda reestruturação dos cursos, a qual viria a obter a aprovação dos restantes órgãos da Faculdade e do Senado.

Pela primeira vez, em noventa anos da história da FLUC, se procedeu a uma reflexão profunda sobre as coordenadas estratégicas a

seguir num período de tempo tão alargado, ou seja, ao longo de uma década, precisamente aquela que culminará, por certo, com as comemorações do primeiro centenário da própria Faculdade de Letras.

Na impossibilidade de passar em revista todos os assuntos considerados no Plano Estratégico (PE) — alguns dos quais se reportam, por exemplo, a aspectos relativos à logística (que, aliás, tem vindo a tornar-se insuficiente, para as necessidades da instituição), à gestão e às relações da FLUC com a comunidade —, considerar-se-ão em seguida, de modo especial, os de índole científica ou, quando muito, científico-pedagógica, dada a relação intrínseca entre estes dois vectores.

Em primeiro lugar, de uma Faculdade de Letras espera-se uma sólida, diversificada e aprofundada actividade no ensino, na produção do saber, na investigação científica e na sua difusão, com vista a torná-la acessível a um público-alvo cada vez mais vasto e, bem assim, mais útil à comunidade. Assim tem sucedido, ao longo do tempo, na FLUC.

Muito do que Miguel Baptista Pereira escreveu acerca do papel da Universidade aplica-se, justamente, às Faculdades de Letras, designadamente: «as grandes experiências do homem são temas de investigação na Universidade, cujo espírito vivo está presente no espírito de cada época e, se investiga o passado, dele regressa com outra luz para enriquecer o presente e colaborar no futuro. O espírito vivo da Universidade ou paixão da totalidade promana das experiências comuns, da memória imemorial mas activamente presente de um povo, da linguagem, que a todos vincula». E prossegue o autor: «Por isso, a Universidade não é um luxo, que não seria consentido à pobreza, mas pertence ao essencial da alma de um povo, cuja exploração é confiada à competência real dos seus membros e não a qualquer elite social»⁵.

A fim de a FLUC poder continuar a desempenhar cabalmente as suas funções — nomeadamente a investigação do passado para um melhor entendimento do presente e uma mais adequada preparação do futuro —, foram delineadas iniciativas diversas e a vários níveis: licenciatura, pós-graduação e especialização, com carácter mais profissionalizante.

No que toca à licenciatura: foram reestruturados os respectivos planos; deliberou-se criar novas licenciaturas em áreas estratégicas, cujo

⁵ Miguel Baptista Pereira, «Reflexões sobre a essência e a autonomia da Universidade», *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (no 7.º Centenário da sua Fundação). 5 a 9 de Março de 1990*, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso "História da Universidade", p. 509.

desenvolvimento recente tem vindo a evidenciar-se. Além da licenciatura em Estudos Artísticos, já em funcionamento, foram criadas as licenciaturas em Estudos Ingleses e Espanhóis e em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica, encontrando-se outras em fase de preparação (em Estudos Europeus, em Turismo, Lazer e Património e em Estudos Anglo-Americanos). Aumentou-se o número de disciplinas opcionais a oferecer, inclusive em domínios inovadores, e diminuiu-se a carga lectiva (de quatro para três horas semanais/disciplina, salvo nas cadeiras de línguas e com uma ou outra excepção).

Com esta medida, pretendeu aliviar-se o aluno, relativamente aos tempos lectivos, a fim de que possa dedicar-se mais ao estudo e à investigação individuais, ou seja, para «a consulta própria de informação, para a consulta de bibliotecas»⁶, bem como da Internet.

Os docentes, por sua vez, terão maior disponibilidade para se dedicarem a actividades da pós-graduação, à pesquisa e, também, à preparação das respectivas lições, bem como ao acompanhamento pedagógico dos alunos.

Deste modo, procura atenuar-se aquilo que já foi constatado por alguns autores, nomeadamente por J. Vasconcelos Costa, ao afirmar: «rácios altos e programas extensos com grande escolaridade convergem para que a carga docente média nas universidades portuguesas seja das mais altas da Europa»⁷.

Semestralizaram-se as disciplinas, o que permitirá uma distribuição das actividades de ensino-aprendizagem de forma mais equitativa, por todo o ano lectivo — sem a sobrecarga de concentrar todo o processo de avaliação no final do ano, ou seja, na prática durante os meses de Junho e Julho —, ao mesmo tempo que facilita a mobilidade e a internacionalização de alunos e professores, no âmbito do programa ERASMUS/SOCRATES ou outros similares.

O intercâmbio de alunos entre universidades também foi facilitado e simplificado, ao generalizar-se o uso de unidades de crédito, segundo o sistema europeu *{European Credit Transfer System}*.

Os planos dos cursos de licenciatura são, de modo geral, de “banda larga”, com o objectivo de proporcionar aos licenciados melhor desempenho, em actividades mais diversificadas. Com efeito, devido ao enorme emagrecimento de oportunidades para ingressar na actividade

⁶ João Vasconcelos Costa, *A Universidade no seu labirinto*, Lisboa, Ed. Caminho, 2001, p. 81.

⁷ *Idem*, p. 82.

docente, torna-se imperioso não criar falsas expectativas aos alunos que, embora seguindo a via Educacional, podem não vir a ter o ensejo de exercer a docência, para a qual se prepararam. Isto sem esquecer, obviamente, que a formação de docentes para diversos níveis de ensino, pautada pela excelência, continua a ser uma das áreas estratégicas mais significativas da FLUC.

Há, no entanto, que reconhecer e sublinhar que um licenciado em Humanidades, com formação em múltiplas áreas, poderá dar um precioso contributo a um leque diversificado de actividades. Refiram-se, entre outras: vida política e diplomática; comunicação; investigação e actividade editorial; “indústrias” da cultura; museus, arquivos e bibliotecas; administração pública; estudo, gestão, preservação e reutilização do património cultural; administração e gestão — de modo especial no âmbito da comunicação, das relações públicas e dos recursos humanos —, associações culturais e fundações, para dar somente alguns exemplos.

No que concerne às pós-graduações, tem vindo a prosseguir-se e a intensificar-se uma acção meritória, cujas raízes remontam ao ano lectivo de 1981-1982, com o arranque dos cursos de mestrado. Estes, de início destinados quase exclusivamente a quem pretendesse seguir a carreira académica, têm vindo a alargar consideravelmente o respectivo público-alvo, respondendo, ao mesmo tempo, a uma maior procura. Daí que, nos últimos três anos, a FLUC tenha aberto, anualmente, mais de uma dezena dos referidos cursos, nas diversas áreas de especialização. No ano lectivo de 2002-2003, iniciou-se uma nova etapa, com a abertura de cursos de pós-graduação, sem a concessão de grau académico.

Ao invés do que se verifica nos cursos de mestrado — aos quais, inclusive por imperativo legal, apenas têm acesso os licenciados com a classificação mínima de 14 valores —, para os cursos de pós-graduação a classificação mínima é de 12 valores. Com esta medida, permite-se, por um lado, o acesso a uma formação complementar a um grupo alargado de licenciados, aos quais está vedada a frequência de um curso de mestrado. Por outro, um bom aproveitamento na parte curricular do curso de pós-graduação — designadamente a classificação mínima de 14 valores, em todos os seminários — permite obter a equivalência à parte curricular do mestrado e, conseqüentemente, a elaboração e defesa da respectiva dissertação.

Na actualidade, considerando os quatro anos lectivos de 2001 - 2002 a 2004-2005, a FLUC oferece, anualmente, mais de duas dezenas de cursos de mestrado e de pós-graduação. Estima-se que esta tendência se

mantenha ou até se acentue nos anos imediatos. Espera-o o conjunto dos responsáveis pela FLUC, exige-o a comunidade e justifica-o a necessidade crescente da tão proalada *educação e formação ao longo da vida*, que alguns autores consideram uma das particularidades do século XXI⁸.

Quanto ao patamar imediato — o doutoramento —, também a realidade mudou substancialmente. Até há três ou quatro décadas, salvo raras excepções, apenas se candidatavam à obtenção do grau de doutor os que enveredavam pela carreira universitária. A concepção mais em voga, na altura, era a de que aquele só poderia ser alcançado por quem tivesse obtido uma elevada classificação de licenciatura (mínima de 16 valores, aliás, nos termos da própria legislação), efectuasse um árduo e prolongado trabalho de investigação — que, por vezes, se prolongava por cerca de década e meia ou duas décadas — e se submetesse a uma prova que era tida, de algum modo, como de consagração, encontrando-se o candidato já em final de carreira.

Actualmente, um número considerável dos que desejam realizar o seu doutoramento não pretende — ou, em certos casos, não consegue, por falta de vagas — dedicar-se à carreira académica, mas antes alcançar um nível avançado de formação, em determinada especialidade, para poder valorizar-se, cultural e profissionalmente, e desempenhar a sua actividade com maior competência e um adequado nível de excelência.

As alterações referidas, quanto à perspectiva e à própria realidade — académica, socioeconómica e profissional —, permitem compreender o salto extraordinário do número de doutores, em Portugal, em apenas treze anos: de 274, em 1988, para 10 000, em 2001⁹.

Face ao exposto, torna-se necessário enfrentar a realidade e passar a investir muito mais na formação pós-graduada, a qual tem sido como que o parente pobre do ensino superior, “esquecida”, por exemplo, no processo de avaliação externa das universidades e no próprio modelo de financiamento do ensino superior, no qual a dita formação apenas é escassamente contemplada.

Todavia, aumenta a consciencialização de que se torna urgente prestar mais atenção ao ensino pós-graduado, o qual deverá passar a constituir a espinha dorsal, bem como a imagem de marca das próprias

⁸ J. Veiga Simão, S. M. dos Santos e A. de Almeida Costa, *op. citp.* 26.

⁹ Luís Valadares Tavares, Abel Mateus e Francisco Sarsfield Cabral, *Reformar Portugal. 17 Estratégias de Mudança*, 5.ª edição, Lisboa, 2003, p. 94.

universidades. Isto mesmo é defendido por um autor, já acima citado, nos seguintes termos: «o factor de diferenciação que avulta é a pós-graduação, reservada às universidades. Só estas podem conceder os graus de mestre e doutor. Com isto, acentua-se o carácter mais científico das universidades, em oposição a um carácter mais técnico e imediatamente profissionalizante do ensino politécnico»¹⁰.

Na sequência do que sucintamente acaba de sublinhar-se, também na FLUC havia que tomar medidas mais consentâneas com o contexto actual. Assim, há que prosseguir uma já longa experiência levada a cabo pelos seus docentes e investigadores, que têm levado centenas de licenciados e de mestres — nacionais e estrangeiros — a doutorarem-se com um elevado nível, aliás plasmado nas arguições efectuadas e nas classificações obtidas pelos candidatos nas respectivas provas. Actualmente (Setembro de 2003), encontram-se inscritos na FLUC, com vista à concretização do doutoramento, cerca de 150 candidatos.

Porém, a análise da questão, no âmbito do Conselho Científico da Faculdade, fez chegar à conclusão de que se tornava necessário introduzir algumas alterações, no sentido de tornar o processo conducente ao doutoramento mais célere e eficiente, embora sem a diminuição de rigor e qualidade. Para o efeito, foi deliberada a criação de *programas de doutoramento*, de modo a solucionar três questões pertinentes: a) o tempo de realização (em média superior a 10 anos) deverá ser reduzido a cerca de metade; b) o processo de preparação e de acompanhamento dos doutorandos (tradicionalmente reduzido a contactos esporádicos, entre orientador e orientando) passará a integrar uma parte curricular e, concluída esta, sessões de trabalho, de frequência obrigatória, destinadas ao acompanhamento dos candidatos durante a elaboração das dissertações; c) a libertação dos docentes para as tarefas a desempenhar nos referidos programas e, obviamente, a sua inclusão no respectivo horário. Espera-se que, no ano lectivo de 2004-2005, alguns desses programas possam ter início.

Por último a formação como complemento da educação está hoje na ordem do dia, como já se referiu anteriormente. Assim, ao programarem-se as actividades da Faculdade — inclusive os diversos tipos de cursos ou acções de formação —, não poderá esquecer-se o mercado de trabalho ou, se se preferir, a adequação dos perfis dos

¹⁰ J. V. Costa, *op. cit.*, p. 63.

formados pela FLUC às necessidades e exigências dos sectores de actividade dos destinatários.

A crescente e diversificada procura de formação pós-graduada poderá explicar-se por uma multiplicidade de factores, entre os quais se destacam:

a) A necessidade e o desejo de aprofundar os conhecimentos e desenvolver as respectivas capacidades e competências, numa altura em que, em lapsos de tempo relativamente curtos, o saber adquirido se torna obsoleto. A propósito, «há quem diga que os diplomas deviam ser dados com prazo de validade, como o leite e outros produtos perecíveis»¹¹. E acrescenta-se, noutra passagem da obra citada: «*é preciso cultivar a própria formação*. Acreditar que o currículo já é excelente, imaginar que a posição alcançada é inabalável, deixar o tempo passar sem investir na própria formação e, portanto, no aprimoramento do próprio currículo significa, indirectamente, encolhê-lo e tornar-se cada vez menos qualificado e competitivo»^{11 12}. Acresce, ainda, que o aumento da longevidade e a tendência para baixar a idade de reforma — com uma ou outra excepção — tendem a deixar mais tempo livre a muitas pessoas que, mesmo já em idade não activa, voltam a usufruir de condições propícias ao regresso à escola.

b) A acelerada evolução das tecnologias e dos métodos de trabalho e de gestão; os efeitos da inovação, nos produtos como nos serviços; a importância da comunicação e a premência no acompanhamento da evolução das novas tecnologias e das suas potencialidades.

c) Também não deverão ser esquecidos os efeitos da democratização do ensino — que teve, como consequência inevitável, a sua massificação —, devido aos quais o 1.º ciclo de estudos superiores (reduzido para 4 anos, admitindo-se, por vezes, a hipótese de poder ainda baixar para 3) poderá induzir, nos que o frequentam, uma sensação de “tarefa por concluir”.

A fim de dar resposta às solicitações da comunidade, no seu todo e não apenas no que se reporta ao grupo etário que tradicionalmente a frequentava, a FLUC tem vindo a oferecer formação e/ou especialização em novas áreas, entre as quais se contam as seguintes, algumas delas já acima mencionadas: Jornalismo, Estudos Artísticos, Tradução, Ciências

¹¹ Gilson Schwartz, *As profissões do futuro*, São Paulo, Publifolha, 2000, p. 11.

¹² *Idem*, p. 98.

Documentais e da Informação, Museologia e Património, Assuntos Culturais no Âmbito das Autarquias, etc. Além de cursos de mestrado e de pós-graduação — e, proximamente, de doutoramento —, em alguns daqueles domínios oferecem-se cursos de especialização, cadeiras de opção ou cursos livres, ao mesmo tempo que foi criado um sistema de frequência de cadeiras isoladas, o qual permitirá a sua frequência a um público muito alargado.

Isto sem esquecer, naturalmente, as áreas fortes da Faculdade: das Línguas e Literaturas à História e à Filosofia, da Arqueologia e da História da Arte à Geografia, nas quais são oferecidos diversos tipos de formação, a qual poderá tornar-se um óptimo recurso no desempenho de numerosas e variadas funções.

Com efeito, uma formação, nas áreas cultivadas na FLUC, fornece uma “competência cultural” que permitirá tornar as Humanidades mais intervencionistas, em diversas circunstâncias e contextos. Trata-se também, neste caso, de acompanhar uma nova tendência que consiste em valorizar a cultura humanista, de modo a “traduzir-se o conhecimento em acção”, embora «essa nunca tenha sido uma das principais preocupações das humanidades»¹³. Concretizando, os autores citados destacam a importância dos “estudos regionais” (“*area studies*”), isto é, estudos de diferentes culturas (europeia ocidental, europeia do leste, do norte, asiática, etc.), ao sublinharem: «Aqueles que se diplomarem em “estudos regionais” estarão qualificados para trabalhar em sectores que lidam com o público, como os departamentos de assuntos culturais dos governos, os meios de comunicação, os departamentos de relações públicas das empresas, em vários países europeus [ou de outros continentes], em diversas instituições [...] e também no sector económico como um todo». E acrescenta-se: «ao pôr em prática o seu conhecimento, farão surgir certa consciência da cultura no contexto da sua profissão, visto terem aprendido, em seus estudos, a examinar a cultura criteriosamente baseada em seus próprios elementos»¹⁴.

Em jeito de conclusão, permito-me sintetizar o exposto: os responsáveis pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ao longo da sua existência e nos diversos contextos, têm sabido conciliar a inovação com a tradição. Assim, sem renegar o passado mas, antes,

¹³ Gerhard Gasper e Wolfgang, *Futuro da Universidade*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002, p. 89.

¹⁴ *Idem*, p. 90.

buscando nele os ensinamentos e a experiência, que só uma acção prolongada pode dar, torna-se imperioso prestar atenção às mudanças ocorridas, adequando a acção e as actividades promovidas no âmbito da FLUC, utilizando da melhor forma os recursos de que dispõe e as suas enormes potencialidades, casando, assim, mudanças e permanências que os tempos moldam...

UMA PERSPECTIVA SOBRE A GESTÃO DA PEDAGOGIA

Manuel Portela

Presidente do Conselho Pedagógico

Como acontece com outros órgãos de gestão das faculdades, a relevância da intervenção do Conselho Pedagógico depende do difícil equilíbrio entre a gestão do dia a dia e o modelo de práticas e relações que, ao nível da instituição no seu todo e a longo prazo, concretizam uma determinada visão do processo de ensino e aprendizagem. E nesta relação entre a gestão quotidiana das questões de índole pedagógica e a promoção de práticas que definem a qualidade da formação oferecida pela Escola que as competências do Conselho Pedagógico podem realizar-se plenamente. Parece-me que é exactamente ao nível mais prático e imediato dos contratos e da comunicação entre docentes e discentes, por via das práticas e regulamentos que definem as suas relações, que o essencial da acção pedagógica se define. Sem se enfrentarem os problemas deste horizonte imediato, de nada vale definir uma estratégia de qualidade pedagógica.

Mantendo a paridade entre docentes e discentes, a nova proposta de lei de autonomia reconhece a importância da reflexão conjunta sobre as inúmeras questões que afectam a dimensão pedagógica do ensino: métodos de ensino, currículos e programas, acesso a recursos bibliográficos e informáticos, métodos de avaliação, calendários de avaliação, constituição de turmas, horários, instalações e equipamentos, etc. Por outro lado, limitando o número de membros dos conselhos pedagógicos, a nova lei procura também apontar para a necessidade de garantir maior eficácia administrativa. Os plenários dos conselhos pedagógicos caracterizam-se frequentemente por um desequilíbrio entre o tempo reservado ao debate e confronto de opiniões e o tempo de tomada